

Anexo I: Justificativas

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

As políticas públicas voltadas para a solução das carências do nordeste, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a falta de infraestrutura que propicie o desenvolvimento.

Em parceria com a Prefeitura de Gararu e o Poder Legislativo, a Codevasf foi designada a receber a emenda parlamentar nº 41340005 – LOA 2020. Ação 1D73.0028 (apoio à política nacional de desenvolvimento urbano – no estado de Sergipe), objetivando, entre outras ações, a execução dos serviços de reforma de uma praça pública no povoado São Mateus, município de Gararu - SE.

Diante da disponibilidade dos recursos orçamentários e de posse dos projetos de arquitetura e de engenharia fornecidos pela Prefeitura, a Codevasf, conforme seu ordenamento jurídico e por não possuir equipe de execução direta de obras, necessita licitar a empreitada visando a contratação de empresa especializada.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários: preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada. A Codevasf já possui grande experiência neste regime, assim como as Empreiteiras. Além disso, a fiscalização já possui metodologia padronizada para as contabilizações das medições, pagando somente os serviços efetivamente executados mensalmente. O cronograma físico-financeiro é utilizado para acompanhar o andamento da obra e aplicar as sanções por atraso quando devidas.

Permite Participação de Consórcios

Não: Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio, tendo em vista, que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual

Os serviços a serem contratados serão executados no inferior a um ano, conforme consta do Termo de Referência.

Critério de Julgamento

Maior Desconto, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016. O critério escolhido prover uma maior segurança à Comissão de Licitação na análise e julgamento do certame. Este critério também confere uma maior agilidade no julgamento, por parte da Comissão de Licitação, melhorando, assim, a eficiência da Administração nos processos licitatórios

O Art. 54, parágrafo 4, inciso II, da Lei das Estatais, diz: “no caso de obras e serviços de engenharia, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado”.

Ao aplicar um desconto único a todos os itens da planilha orçamentária, conforme preconiza a Lei em seu Art. 54, afasta-se o risco de preços individualizados acima dos preços de referência da Administração.

O desconto se estenderá também para os futuros aditivos que possam vir a acontecer, conforme Art. 54, parágrafo 4, inciso I: “..., estendendo-se o desconto oferecido nas propostas ou lances vencedores a eventuais termos aditivos”.

Assim, além de maior segurança, inexistente, com esse critério, a possibilidade de jogo de planilha, pois as licitantes ofereceram seus preços fundamentados num desconto global que também será aplicado em futuros termos aditivos que o contrato possa necessitar.

Divulgação do valor orçado

O orçamento estimativo será **público**. O valor de referência orçado pela Administração será divulgado por necessidade do critério de julgamento. Para se julgar o maior desconto é preciso ter um valor base de referência. A Lei das Estatais confirma esse entendimento em seu Art. 34, parágrafo 1º.

Art. 34. O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas. (Vide Lei nº 1.4002, de 2020)

§ 1º Na hipótese em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, a informação de que trata o caput deste artigo constará do instrumento convocatório.

Também, conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, “nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade”.

Aprovação do Projeto Básico

O projeto básico deve ser aprovado por ato da autoridade competente, e deverá constar no processo de aprovação da publicação do edital.

Qualificação Técnica

Conforme Súmula nº 263 do TCU: “para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado”. A Codevasf tem utilizado como parâmetro médio o percentual de 30% dos serviços mais importante em valor e complexidade, sem restringir a competitividade.

Para a não utilização da Contratação Semi-integrada:

Conforme definição da lei 13.303/2016, em seu Art. 42, inciso V, a definição de contratação de semi-integrada é: “contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1º e 3º deste artigo;”.

Complementando a própria definição, a Lei, em seu Art. 43, informa que a contratação semi-integrada é um regime de contratação e, o inciso V, desse artigo, define o regime como: “contratação semi-integrada, quando for possível definir previamente no projeto básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias;”.

Deste modo, entendemos que a obra em questão é de pequeno porte e não possui serviços de “montagem, realização de testes e pré-operação”, como definido no Art. 42 da Lei. Tampouco, a obra possui execução “com diferentes metodologias ou tecnologias”. Assim, tal tipo de obra pode prescindir as exigências mais robustas que são requisitos para contratação semi-integrada como:

Art. 42, parágrafo 1º. Inciso I.

...

- c) documento técnico, com definição precisa das frações do empreendimento em que haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, seja em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação, seja em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos previstos nessas peças técnicas;
- d) matriz de riscos.

Portanto, o regime escolhido foi o mesmo que vem sendo adotado na Codevasf para esse tipo de obra, ou seja, o regime de empreitada por preço unitário. Regime já bem compreendido pelas empreiteiras locais, prováveis interessadas na obra, e com metodologia conhecida, usual e segura.

O regime de empreitada por preço unitário tem sido adotado, principalmente, pelo seu modo de medição que é claro e objetivo, tanto para as contratadas como para a fiscalização. Paga-se o que for executado, medindo-se um a um cada serviço da planilha orçamentária mês-a-mês da obra.

Licença Ambiental

Para o licenciamento ambiental, o referido empreendimento se enquadra nos requisitos para Licença Ambiental Simplificada – LS.

Deste modo, a Unidade de Meio Ambiente, paralelamente aos procedimentos de licitação, solicitará a LS. Assim, a 4ª Superintendência da Codevasf se compromete a apenas emitir a ordem de serviço quando da obtenção deste documento.

Desapropriação

Não aplicável, tendo em vista que não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Regularização Fundiária

A área encontra-se em terreno da prefeitura, pois trata-se de uma praça pública.